
A EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL: ASPECTO SOCIOEDUCACIONAL NO/DO CAMPONÊS NO TERRITÓRIO AGRÁRIO

THE EDUCATION OF THE RURAL WORKER: SOCIO-EDUCATIONAL ASPECTS IN THE PEASANT IN THE AGRICULTURAL TERRITORY

Gelza Araujo Lacerda

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro- BA, Brasil.
gel.araujo@hotmail.com

Fabiana Pionório Tôrres

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro- BA, Brasil.
fabianapionorio@hotmail.com

José Eudes Alves

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro- BA, Brasil.
joseeudes_79@hotmail.com

Denes Dantas Vieira

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro- BA, Brasil.
denes.vieira@univasf.edu.br

Resumo

Este relato aborda sobre a construção do conhecimento sociológico pautado no diálogo, visto que, é necessário a partir de uma multiplicidade e interdisciplinaridade de saberes permanentemente, e que desafia o pesquisador o tempo todo frente os contextos sociais, impulsionando-o a elaborar modos e leituras contextualizadas com a realidade no/do Campo. Partindo desse pressuposto é importante esclarecer que por meio das indagações fez-se necessário a construção dessa pesquisa. Qual o papel desempenhado pelos movimentos sociais na construção da educação do e no campo? E quais os desafios existem frente uma educação contextualizada às realidades do homem do campo? Objetivo da pesquisa é discutir a educação camponesa numa perspectiva de aprendizagem dialogada e significativa. O presente estudo tem caráter bibliográfico e documental, fruto das aulas de sociologia rural do Mestrado em Extensão Rural da Universidade do Vale do São Francisco, analisa as contribuições das políticas educacionais referente a comunidade no/do Campo. O estudo mostra a relevância dessa discussão diante o direito à educação garantido em Lei na Constituição Federal -CF de 1988, fazendo-se valer também para a população no meio rural. O presente texto propôs por meio dos diálogos, aspectos como: as políticas públicas educacionais e a necessidade de pensar e repensar a escola, em especial a escola no/do Campo. Ajudará futuros pesquisadores no uso de uma

metodologia a partir do pensamento coletivo sem discriminar, a fim de, contextualizar a sociologia rural significativa e participativa para o camponês.

Palavras chave: Sociologia Rural. Diálogo. Educação. Camponês. Trabalhador Rural.

Abstract

This report with the characteristic of an article, deals with the construction of sociological knowledge based on dialogue, since it is necessary from a multiplicity and interdisciplinarity of knowledge permanently, and that challenges the researcher all the time in the face of social contexts, pushing it forward. to elaborate ways and readings contextualized with the reality in/of the Field. Based on this assumption, it is important to clarify that through the inquiries it was necessary to construct this research. What is the role played by social movements in the construction of education in and in the countryside? And what are the challenges for an education contextualized to the realities of rural people? Since the objective of the research is to discuss peasant education in a perspective of dialogic and meaningful learning. The present study has a bibliographic and documentary character, the result of the rural sociology classes of the Masters in Rural Extension at the University of Vale do São Francisco, the present study analyzes the contributions of educational policies regarding the community in/do Campo. The study shows the relevance of this discussion in the face of the right to education guaranteed by law in the Federal Constitution -CF of 1988, also making itself valid for the population in rural areas. The present text proposed, through dialogues, aspects such as: public educational policies and the need to think and rethink the school, especially the school in / in the countryside. It will help future researchers in the use of a methodology based on collective thinking without discrimination, in order to contextualize rural sociology that is meaningful and participatory for the peasant.

Keywords: Rural Sociology. Dialogue. Education. Farmer. Rural worker.

Introdução

Campo é um lugar social com leis e regras específicas de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições que são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo que são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõe os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam.

Nesse contexto entende-se que o Campo também é dotado de confrontos, tomada de posição, em razão disto de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

De acordo com Bourdieu (2004), a noção de *campo* é usada para chamar de espaços “microcosmos” que são beneficiados de certa autonomia, que ao mesmo tempo submetidos a leis sociais mais amplas denominadas por “macrocosmos” que de certa forma são espaços sociais parcialmente autônomos, visto que, os campos apresentam as suas próprias regras e leis, como também, assumir posições e tomar decisões, “jamais escapa às imposições do macrocosmo”, cada campo dispõe, “com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A educação do e no Campo se faz necessário percebê-la a partir das suas realidades culturais, das relações sociais e das especificidades econômicas. Estes conhecimentos não podem ser negados no contexto socioeducacional, pois tratam-se de constructos de atores particulares ao longo da história humana, sobretudo quando analisamos a sua tenacidade frente ao modelo técnico-químico da modernidade.

Assim, a educação do campo se apresenta muito mais como princípios educacionais orientadores a práticas formadoras da população que reside nas comunidades. As ações educativas são resultados de construções coletivas diárias, que se somam às mais variadas conquistas pedagógicas para nortear as políticas públicas educacionais.

O presente relato tem como objetivo discutir a educação camponesa numa perspectiva de aprendizagem dialogada e significativa que aconteceu na disciplina de sociologia rural, da turma de Mestrado, da UNIVASF, no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR).

A problemática do trabalho nos conduz a duas questões centrais de reflexão: qual o papel desempenhado pelos movimentos sociais na construção da educação do e no campo? Quais os desafios que se impõe a uma educação contextualizada às realidades do homem do campo?

O relato está estruturado apresentando um breve olhar do pensamento de Anthony Giddens, para um elo com a sociologia rural, em seguida o homem do campo na perspectiva sociológica rural, a educação do trabalhador camponês, em seguida, a especificação com ações e reflexões políticas frente ao aspecto social da educação e o desenvolvimento rural.

Procedimentos metodológicos

Para tanto, a pesquisa é caracterizada como qualitativa de viés descritivo, por meio da revisão literária que provoca a ação-reflexão da educação do e no campo, relacionado ao trabalhador rural.

Numa perspectiva discutir os contextos, as realidades do homem do campo, seus conhecimentos e experiências, no presente artigo utiliza-se os conceitos teóricos disseminados pelos seguintes autores: Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, José Graziano da Silva, Martins, Sergio Schneider, Klaas Woortmann, Leonilde Medeiros.

Na busca da superação das dificuldades desenvolvidas, às práticas pedagógicas da Educação do Campo trazem como desafio, justamente pensar e repensar a escola, provocando mudanças ideológicas significativas à vida do camponês, respeitando seus saberes e fazeres enquanto pessoa humana, zelando para que seus direitos sejam respeitados, tornando o Campo um lugar participativo e coletivo.

Resultados e discussão

Estudar o meio social vai além de compreender a respeito do que é a sociologia, e como essa ciência constrói seu diálogo em um ambiente tão complexo, como é a sociedade. Partindo desse pressuposto, e com a finalidade de poder compreender a sociologia, para então adentrar na sociologia rural, fez-se necessário trazer para discussão as contribuições do sociólogo britânico Anthony Giddens, que é considerado por muitos como o mais importante filósofo social inglês contemporâneo, com destaque para o debate da sociologia política com a categoria da "Terceira Via".

De acordo com Giddens (2005, p. 24) “o estudo da vida social humana, dos grupos sociais, da própria sociedade, se constitui um estudo sociológico, por meio de análises de encontros ocasionais entre indivíduos, como também a investigação de processos globais”.

Nesse aspecto, a sociologia se apresenta como uma ciência que estuda a sociedade e os fenômenos que ocorrem nesse espaço, sejam eles de cunho cultural, econômico, religioso. É notório que a compreensão dos fatos sociais no espaço rural é também uma ambição da sociologia, visto que, nesse ambiente importantes conquistas fizeram e fazem

presentes na construção social. Uma vez que, “a pesquisa sociológica diz respeito a nossas vidas e nosso próprio comportamento” (GIDDENS, 2005, p.27).

Essa pesquisa está organizada na possível discussão e compreensão de cinco elementos que constituem o espaço social, como por exemplo: a estrutura social, os grupos sociais, a família, as classes sociais e os papéis que os indivíduos ocupam, nesse meio e que pode influenciar toda uma construção ideológica, envolvendo inclusive o poder.

Investigar as conexões entre o que a sociedade faz e o que fazemos de nós mesmos, para então acontecer o que Giddens (2005, p.26) chama de “consciência de diferentes culturas”, é também importante frente a socialização enquanto sociedade, visto que detém um significativo lugar que perpassa do pertencimento do homem no meio como um todo.

Somente por meio da consciência, é possível entender, e contextualizar a ciência por meio da prática, trazendo para a perspectiva do rural, a valorização do trabalho no campo, auxiliando com técnicas conscientes, da relação com o meio natural, desenvolver caminhos que integrem o homem do campo e sua importância na sociedade, para combater o que acaba acontecendo, a exclusão do rural, visando exclusivamente os avanços urbanos, respeitando as lutas, e toda a história que se faz presente no cenário camponês.

É por meio do “pensar diferente” que as ocasiões sociais se constroem, refletindo questões mais amplas, combater o machismo estrutural, a posição, o status dessas estruturas sociais dos ambientes onde vivemos. Somente assim, entendido enquanto ambiente de ideologias que o espaço social será, talvez um dia, um lugar de construção significativa de uma sociedade equilibrada, que respeita a diversidade como um todo.

Para compreendermos conceitualmente o homem do campo, é necessário deter a ideia de que o campo é concebido enquanto espaço apropriado, espaço esse social, relacionado com a vida, a identidade e a própria cultura, como também, as práticas compartilhadas diante o coletivo.

A sociedade moderna ocidental criou uma imagem do homem do campo enquanto reflexo do atraso, do pensamento místico, da pobreza e da fome, o que não tem encontrado reflexo na literatura contemporânea da sociologia rural. Por exemplo, Pierre Bourdieu,

em seu livro "O camponês e seu corpo" destaca toda a riqueza do cotidiano, os aspectos econômicos e social do homem do campo e como a sociedade impõe ao camponês uma visão de que seu modo de vida e tradições são atrasados:

Portanto, a condição econômica e social influi bastante na tendência para o casamento, por exemplo, principalmente por meio da consciência que os homens adquirem dessa situação. De fato, o camponês que toma consciência de si tem boas chances de se apreender como camponês no sentido pejorativo (BOURDIEU, 2006, p. 87).

Sendo construído a ideia rasa de que “o camponês é aquele que apresenta seu corpo como corpo rude que toma consciência de ser camponês rústico. Uma ideia defasada que o camponês é ignorante e não civilizado. Não é exagero presumir que a tomada de consciência de seu corpo é, para o camponês, a ocasião privilegiada da tomada de consciência da condição camponesa” (BOURDIEU, 2006, p. 87).

Não só os aspectos econômicos e culturais afetam a ideologia do homem do campo, mas também as lutas de classe e as lutas pelo direito à terra, são aspectos relevantes quando pensamos sobre como o homem do campo vem ao longo da história construindo as relações sociais no meio rural.

O pequeno produtor não é um camponês, a terra não é vista como objeto de trabalho e sim, como expressão de uma moralidade. A terra é vista como patrimônio familiar (WOORTMANN, 1990).

Por meio dos movimentos sociais do campo, em específico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faz acontecer a luta dos trabalhadores na promoção de melhor qualidade de vida, o que não agradou a política, e até hoje tem aspectos contrários, mesmo com seus princípios filosóficos e pedagógicos desse movimento direcionam o processo educativo e está sempre em movimento.

Com a "constituição e expansão do MST representaram não só inovações nas formas de luta, como também no plano organizativo, ampliando a concepção de luta por terra e de seu papel” (MEDEIROS, 2002, p. 17).

O monopólio de classe sobre a terra e desse lugar a propriedade camponesa, inclusive a estatização da propriedade. Admitir como necessária a convivência democrática, dentro dos partidos políticos, das classes sociais, juntos pelas contradições do capital, e com ele antagonizadas pelos operários e camponeses, a dos que sofrem a

exploração do capital e a dos que estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital (MARTINS, 1981, p.31).

Schneider (2010, p.512) destaca que as Políticas públicas que atuam no Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) foram apontadas por muitos como inadequadas, a exemplo ações de colonização da Amazônia e as frentes de trabalho de combate às secas no Nordeste. Assim, a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstruída separadamente das lutas por liberdade política do campesinato (MARTINS, 1981).

Um importante pensamento frente a sociologia de fato apropriada é “a de reconstituir a totalidade a partir da qual se pode descobrir a unidade entre a consciência subjetiva que o indivíduo enquanto sujeito, tem do sistema social e a estrutura objetiva desse sistema” (BOURDIEU, 2006, p. 91).

Diante da grande necessidade da promoção de processos radicais de democratização social, “libertar os indivíduos e grupos sociais da tutela e controle exercido pelas elites e pelos mediadores (agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais)” (SCHNEIDER, 2010, p. 523). Nessa perspectiva, Bourdieu destaca que:

O sociólogo se esforça, de um lado, para recobrar e compreender a consciência espontânea do fato social, consciência que, por essência, não reflete sobre si; e, de outro lado, ele se esforça para apreender o fato em sua própria natureza, graças ao privilégio que lhe confere sua situação de observador que abdica de “agir sobre o social” para pensá-lo (BOURDIEU, 2006, p.91).

Portanto, “As características culturais são elementos de estrutura de significados que dão sentido à ordem social produzida pela história, mas também, são inerentes, não a sociedade, mas a ordem social que a configura em determinado momento” (WOORTMANN, 1990, p. 70).

Dessa forma é importante compreender que “o espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior” (GRAZIANO DA SILVA, 2000, p. 165).

A fonte de conhecimentos, principalmente para o meio rural, é a prática social, que remete à reflexão sobre os elementos provenientes de sua prática produtiva concreta, de sua prática organizativa do contexto econômico e social em que se desenvolvem.

Nessa “educação em que predomina uma concepção urbanocêntrica da relação

cidade/campo; com a distorção de valores, os conhecimentos” Prazeres, (2012 p.392). As práticas do modo de vida e da cultura da população do meio rural têm ocorrido muito mais como um meio de estímulo ao êxodo e a evasão de jovens para o meio urbano.

A escola do campo, de acordo com o artigo 28 da LDB, traz para reflexão, no tocante do texto que:

Diante da oferta de educação básica para população rural, os sistemas de ensino irão promover as seguintes adaptações para sua adequação, frente às particularidades da vida rural e de cada região, especialmente nos três aspectos: I- Conteúdos curriculares e metodológicos apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- Organização escolar específica própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

O mais grave desse processo é que os camponeses, ao continuarem estudando numa escola urbanocêntrica, passam por uma dura vivência de preconceitos e desigualdades, que muitas vezes, os leva ao abandono escolar, destrói autoestima e não os coloca em serviço de seu crescimento.

Segundo Bourdieu (1996 p.23) a “violência simbólica” expressa-se na imposição “legítima” e velada, pois o dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

Ao longo da história do Brasil, a educação do meio rural foi denominada como atrasada, mas com muitas lutas num percurso árduo, esse conceito está mudando, visto que, a educação do campo se constitui por meio dos povos no campo que são eles: agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, povos de florestas, os sem-terra, boias-frias, camponeses os quais representam um espaço de lutas e permanência na terra.

Assim, “O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura” (BOURDIEU, 1996 p.50).

Nesse contexto é percebido uma preocupação por parte dos movimentos sociais e da academia no que se refere a continuidade dos estudos dos que se formam no ensino médio nas instituições de ensino existentes no campo, pois em relação às pesquisas

acadêmicas que apontam que milhares dos que se formam no ensino médio, nas escolas do campo, interrompem os seus estudos ao concluírem, isso quando conseguem terminar, sendo prejudicados pela ausência de políticas públicas de incentivo ao ensino superior

As políticas públicas no decorrer de sua trajetória vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade, colaborando em ações significativas. Por sua vez uma ação importante foi a conquista do conjunto das organizações do campo, que aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no/do Campo, de acordo como consta no parecer nº 36/2001 da Resolução nº 1/2002 presente no (CNE) Conselho Nacional de Educação.

A educação do campo é vista como uma oportunidade de mudanças sociais por parte dos movimentos sociais e pela academia, acerca da LDB, ela prioriza a mão de obra voltada ao mercado de trabalho, onde os movimentos sociais compreendem de maneira diferenciada em relação a educação do/no campo.

Dessa forma, a partir dessa concepção os povos do campo, muitas vezes são acometidos por essa violência porque a educação voltada a esse público, muitas vezes não valoriza a realidade dos educandos, o contexto rural, pois a atuação dos educadores, a prática pedagógica, além de seus conteúdos, programas, métodos de trabalho e de avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas não consideram o contexto do campo, a exemplo disso, o próprio livro didático traz uma realidade didática metodológica urbanocêntrica, pois, estão distantes da realidade, e não respeitam as peculiaridades no campo.

Considerações finais

Portanto, para que haja de fato qualidade na educação do campo, há ainda um grande desafio tanto nas salas acadêmicas, quanto em toda a sociedade: aprender com novos contextos, desconstruindo barreiras veiculadas pelo pensamento conservador, respeitando a trajetória de lutas, identidade, os saberes e fazeres dos povos do campo, sendo os atores da parcela da população mantida à margem do processo educativo, como maneira de enfrentamento da exclusão social.

É notório que a luta pela escola do trabalhador rural, perpassa também, pelo direito à terra, que está intimamente vinculada à luta pela superação das desigualdades

sociais. Assim, o conceito de Educação do Campo, torna-se uma discussão do modelo de desenvolvimento capitalista em que a sociedade se inclui e junto a ela, seus efeitos na vida do homem do campo.

O reconhecimento e a valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, por meio da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

Assim, é necessário pensar e repensar a escola, em especial no Campo: o que fazer e o que construir buscando unificar o compromisso de afirmação da experiência de vida contextualizada com a realidade rural.

Referências

BOURDIEU, P. . **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996. 113p.

BOURDIEU, P. . **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004. 116p.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista Social. Polit.** n.26, p.83-92, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer aprovado sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz,. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 600p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. rev., 1. reimpr. Campinas-SP: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, p. 185, 2000.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. Os trabalhadores do campo e o desencontro nas lutas por direitos. *In:* CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História:** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 151-181.

PRAZERES, C.; CARMO, M. S. Retratos e desafios da educação no/do campo no Brasil e na Amazônia. **Olhar de Professor**, v. 15, p.383-395, Paraná, Brasil, 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo, v.30, n.3, p. 13-14, jul./set.2010.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 87, p. 11-76, 1990.

Recebido em 26/07/2022 Aceito para publicação em 11/11/2022
--